



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2º VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO: RAÍSSA RODRIGUES GOMIDE



Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989 Data da instalação: 28-4-1989 Data de Implantação do PJ-e: 29-4-2015

Jurisdição: Coronel Fabriciano, Antônio Dias, Belo Oriente, Lapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguaraçu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Santana do Paraíso e Timóteo.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 14-8-2020, p. 3/5.





ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 10-6-2019

Às 8 horas do dia vinte e oito de agosto de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. Ana Maria Amorim Rebouças, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 2ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano, situada na Rua José Gomes Ferreira, nº 90 - 2º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. Raissa Rodrigues Gomide; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Luciene Nogueira Gonçalves Valente; e os servidores Adézio Salvador dos Santos, Alexsandro Fernandes dos Santos, Ana Edwiges Mazon de Alcântara, Anilson de Souza Pinto, Eneida Lacerda Caldeira Paranhos, Higor Leite Queiroz, Matilde Araújo Paiva, Neide Arruda Alvarenga, Patrícia Corrêa Renhe Mansur e Vinícius Basílio Souza Alves; a estagiária Kicyla França Menezes Barbosa. Ausente a servidora Lívia Araújo Fioravante, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

- 1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 425 processos, distribuídos neste ano até o dia 17-8-2020, apurando-se a média de 3,9 processos por dia útil.
- 1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS A Vara recebeu 37 cartas precatórias neste ano até o dia 17-8-2020, das quais 24 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.
- 1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT Existe o registro de 617 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 208 processos foram remetidos neste ano até o dia 17-8-2020.
- 1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO Há 11 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.
- 1.5. CARGA PARA PERITOS Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 73 processos com perícia designada, aguardando laudo.





- 1.6. MANDADOS EXPEDIDOS Constam 287 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 115 pendentes de cumprimento, no prazo.
- 1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos sobrestados.
- 1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO a taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 17-8-2020) (fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	188
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	128
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	14

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos audiências não designada	Processo sem audiência designada durante a fase de instrução, processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-gestão que não possuem audiência designada.	16
---------------------------------------	--	----





 Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo média, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	I.	4
2017	8	3
2018	15	2
2019	64	1
2020 – ano de referência	242	
TOTAL	330	0,37

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de agosto até o dia 17-8):

Data	Processo
03/05/2017	0011990-18.2016.5.03.0034
30/11/2017	0011368-02.2017.5.03.0034
07/12/2017	0011322-13.2017.5.03.0034
15/02/2018	0011651-25.2017.5.03.0034
21/02/2018	0011675-53.2017.5.03.0034
01/03/2018	0011721-42.2017.5.03.0034
13/03/2018	0011725-79.2017.5.03.0034
05/04/2018	0010169-08.2018.5.03.0034
11/04/2018	0010765-26.2017.5.03.0034
02/05/2018	0010212-45.2018.5.03.0033
31/10/2018	0010731-17.2018.5.03.0034
29/11/2018	0010763-22.2018.5.03.0034
	0010835-09.2018.5.03.0034
04/12/2018	0010837-76.2018.5.03.0034
22/01/2019	0010882-80.2018.5.03.0034
	0010883-65.2018.5.03.0034
	0010899-19.2018.5.03.0034
	0010902-71.2018.5.03.0034
23/01/2019	0010903-56.2018.5.03.0034
29/01/2019	0010913-03.2018.5.03.0034





 Indicador Pendentes (102): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	3
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	377
FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	12
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	172

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	12
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	1.020

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO		Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	
		Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	
		Saldo de processos de item 90062 no final do período de referência	





1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Existem 1.205 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 808 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 397 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraidos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 17/08/2020

No ano anterior, até dia 17/08/2019 – havia 1.218 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 837 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 379 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 17-8):

Data	Processo
17/11/2010	0001701-36.2010.5.03.0034
11/03/2011	0000389-88.2011.5.03.0034
24/10/2011	0001198-15.2010.5.03.0034
26/12/2011	0039800-17.2006.5.03.0034
15/02/2012	0108900-30.2004.5.03.0034
03/06/2013	0132200-45.2009.5.03.0034
14/06/2013	0001651-73.2011.5.03.0034
23/09/2013	0000667-55.2012.5.03.0034
24/01/2014	0129400-49.2006.5.03.0034
21/02/2014	0001604-31.2013.5.03.0034
18/03/2014	0000853-78.2012.5.03.0034
19/03/2014	0001552-35.2013.5.03.0034
25/04/2014	0001707-09.2011.5.03.0034
21/07/2014	0000375-36.2013.5.03.0034
28/07/2014	0001030-42.2012.5.03.0034
27/11/2014	0001814-53.2011.5.03.0034
09/01/2015	0000644-12.2012.5.03.0034
23/02/2015	0001691-89.2010.5.03.0034
03/03/2015	0000215-11.2013.5.03.0034
09/03/2015	0000554-72.2010.5.03.0034





Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de agosto 2020 apurado até dia 17-8):

Mês	2019	2020
01-JANEIRO	48	44
02-FEVEREIRO	55	45
03-MARÇO	27	30
04-ABRIL	31	14
05-MAIO	72	39
06-JUNHO	81	54
07-JULHO	61	39
08-AGOSTO	149	25
Totais	524	290

Decisões de execução	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
	3	5		1			2	
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS					3			
MATHEUS MARTINS DE MATTOS						1		
RAISSA RODRIGUES GOMIDE	41	40	30	13		53	37	25
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO					36	1/4/5		
Totais	44	45	30	14	39	54	39	25

- 1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 17-8-2020, existem 27 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400 e 90400.
- 2. PROCESSOS EXAMINADOS Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 28-8-2020 havia 4 processos:

- a) instrução: 2 processos;
- b) tentativa de conciliação na fase de execução: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010023/20, 0010199/20, 0010062/20 e 0011324/16.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.





2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 21-8-2020, 149 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 60 processos.

Exame dos autos dos processos 0010430/20, 0010431/20, 0010437/20, 0010427/20. 0010344/20, 0010333/20, 0010169/20, 0010978/19, 0010118/20, 0010119/20, 0010159/20, 0010168/20, 0010154/20, 0010163/20, 0010240/20, 0010131/20, 0010367/20, 0010272/20, 0010156/20, 0010200/20, 0010404/20, 0010315/20, 0010329/20, 0010311/20, 0010019/20, 0011661/17, 0010115/20, 0010233/20, 0010057/20, 0010130/20, 0010096/20, 0010186/20, 0010958/19, 0010887/19, 0010629/19, 0010287/15, 0010697/16, 0011387/17, 0010004/17, 0010368/18, 0010819/19, 0010359/19, 0010969/19, 0010098/19, 0010825/19, 0010418/19, 0010552/18, 0010876/18, 0010059/19, 0010760/18, 0010198/20, 0010323/20, 0010320/20, 0010270/20. 0010314/20, 0010210/20, 0010046/20. 0010319/20. 0010079/20, 0010313/20,0010935/19. 0010012/20, 0010022/20, 0010002/20, 0010026/20, 0010991/19, 0010954/19, 0010976/19, 0010194/19, 0010827/19, 0010744/19, 0010765/19, 0010762/19, 0010831/18, 0010084/20, 0010829/19, 0010882/19, 0011023/19.

RESULTADO - examinados os autos, constatou-se:

- 0010431/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id d0a478 (mais de 10 dias);
- 0010437/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id e357f71 (mais de 10 dias);
- 0010427/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id a2066dd (mais de 10 dias);
- 0010978/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 5c2d5e5 (mais de 10 dias) e cumprimento – Id 6d8957e (mais de 10 dias);
- 0010159/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id a4a712e (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0010287/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento –
 Id 01854c9 (mais de 10 dias), Id 4f71bd1 (mais de 30 dias), Id a8e820c (mais de 10 dias) e impulso oficial Id 14a7e0f (mais de 10 dias);
- 0010697/16; excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id Icc0f5a (mais de 10 dias);





- 0010004/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria cumprimento Id 61fa9ab (mais de 30 dias);
- 0010368/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id
 4dfc9ea (mais de 30 dias);
- 0010819/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 2683476 (mais de 10 dias);
- 0010969/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id 4061ba7 (mais de 10 dias);
- 0010825/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id aaf2981 (mais de 10 dias);
- 0010552/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id fcdd26a (mais de 10 dias);
- 0010059/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria despacho Id b5c4813 (mais de 60 dias);
- 0010762/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 7f757b6 (mais de 10 dias);
- 0010829/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria impulso oficial
 Id 18770f8 (sem movimentação há mais de 30 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação.

Examinados os autos do processo 0010112/20 constatou-se que está com audiência designada para o dia 31-8-20.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 11 ações civis públicas em tramitação.





Processo	Fase	Tarefa
0011901-92.2016.5.03.0034	Execução	Arquivo provisório
0000117-89.2014.5.03.0034	Processo físico	Aguardando apreciação pela instância superior
0011557-43.2016.5.03.0089	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0010420-55.2020.5.03.0034	Conhecimento	Audiência 24-9-20
0010537-22.2015.5.03.0034	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0010567-52.2018.5.03.0034	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0011892-33.2016.5.03.0034	Execução	Cumprimento de providências
0011771-05.2016.5.03.0034	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0011717-05.2017.5.03.0034	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior
0010412-15.2019.5.03.0034	Conhecimento	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis coletivas em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA -

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumarissimo/ordinário	35	21	34
Instrução processo físico	1.212	2.141	0
Instrução processo eletrônico	279	205	150

Apuração conforme dados extraidos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	11	9	Adota o artigo 335 do CPC
Procedimento Ordinário	15	10	Adota o artigo 335 do CPC
Instrucão	233	77	10/02/2021 - 101 dias





PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 17-8-2020).

 Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	375	158

 Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (105): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	11	1.549
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	265	147

Indicador Prazo Médio Fase de Execução (106): representa o prazo médio entre o início e o
encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corri- dos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	22	1.915
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da	114	784





execução - ente privado (item 90275)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	6	2.206
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	446

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão (mês de agosto 2020 apurado até dia 17-8):

Mês	2019	2020
01-JANEIRO	83	87
02-FEVEREIRO	123	71
03-MARÇO	151	71
04-ABRIL	109	21
05-MAIO	124	15
06-JUNHO	104	36
07-JULHO	73	60
08-AGOSTO	92	29
Totais	859	390

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS					2			
MATHEUS MARTINS DE MATTOS		11						
RAISSA RODRIGUES GOMIDE	87	60	71	21	4	36	60	29
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO					9			
Totais	87	71	71	21	15	-36	60	29





No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	47	0,2
Julgados procedentes em parte	486	2,1
Julgados improcedentes	122	0,5
Extintos com resolução de mérito	2	0,009
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	657	2,894
Extintos sem resolução de mérito	43	0,1
Arquivamento	81	0,3
Desistência	41	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	26	0,1
Total sem exame de mérito	191	0,8
Decisões de conhecimento	848	3,7
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	234	1,03
Decisões na fase de execução	123	0,5
Total	1.205	5,3





4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em julho de 2020, com 23 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil	
Conciliação em conhecimento	3	0,13	
Conciliação em execução	42	1,8	
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	8	0,3	
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0	
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0		
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	52	2,2	
Una/Una (rito sumarissimo)	0	0	
Total	97	4,2	

No mês de julho de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 30 sentenças de conciliação em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de agosto 2020 apurado até dia 17-8:

	Conhe	Conhecimento Exec		rução	Liqui	dação
Mês	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	15	11	5	3	1	2
02-FEVEREIRO	42	31	4	1	9	
03-MARÇO	43	21	3	6	3	2
04-ABRIL	41	4	9	1		1
05-MAIO	43	9	9	3	2	3
06-JUNHO	31	16	5	1	1	2
07-JULHO	20	31	3	1	1	2
08-AGOSTO	29	- 8	2	6	3	1
Totais	264	131	40	22	20	13





Concilação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
	2							
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS					3			
MATHEUS MARTINS DE MATTOS		9						
RAISSA RODRIGUES GOMIDE	14	23	29	6		19	34	15
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO					12			
Totais	16	32	29	6	15	19	34	15

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de agosto 2020 apurado até dia 17-8):





Mês	2019	2020
01-JANEIRO	111	80
02-FEVEREIRO	197	137
03-MARÇO	181	91
04-ABRIL	216	1
05-MAIO	230	1
06-JUNHO	182	40
07-JULHO	192	122
08-AGOSTO	155	49
Totais	1464	521

Audiência por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS					1			
MATHEUS MARTINS DE MATTOS		48						
RAISSA RODRIGUES GOMIDE	80	89	91	1		40	122	49
Totais	80	137	91	1	1	40	122	49

Foram realizadas, em agosto, 79 audiências até 26-8-2020 e designadas 13 do dia 27-8-2020 até 31-8-2020.

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de agosto 2020 apurado até dia 17-8):

Mês	2019	2020	
01-JANEIRO	867	957	
02-FEVEREIRO	1107	859	
03-MARÇO	994	1029 683 903 1231 1149 553	
04-ABRIL	1203		
05-MAIO	1571		
06-JUNHO	1264		
07-JULHO	1117		
08-AGOSTO	1322		
Totais	9445	7364	





Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de agosto 2020 apurado até dia 17-8):

Mês	2019	2020	
01-JANEIRO	15	3	
02-FEVEREIRO	6	1	
03-MARÇO	4		
04-ABRIL	5		
05-MAIO	3	1	
06-JUNHO	1		
07-JULHO	2	5	
08-AGOSTO	3	1	
Totais	39	11	

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, no período da pandemia do COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 10h30min e/ou 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos e de uma hora para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara a magistrada, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. PRODUÇÃO -

	2018	2019
	848	927
Processos recebidos		
Média por dia útil	3,7	4
Processos remanescentes do ano anterior	1.095	577
Sentenças anuladas	29	9
Total de processos para solução	1.972	1.513
Processos solucionados	1.436	1.211





3667	367	363
Processos conciliados	72,81%	80,04%
Produção		

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 9,3% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produção, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 7,2%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) — desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 17-8-2020)

 Indicador Taxa de Conciliação no Conhecimento (107): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	127
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	390

 Indicador Taxa de Solução Conhecimento (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	390
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	428





 Indicador Taxa de Execução (113); representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	192
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	178

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 12-8-2020)

 Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de ba de Conheciment		ase	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	380
Baixados na Conhecimento	Fase	de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	397

 Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução		Fase	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.032	
Baixados Execução	na	Fase	de	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	216

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 12-8-2020)

 Indicador Produtividade por Servidor (III): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados conhecimen	na nto	fase	de	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	397	
Baixados execução	na	fase	de	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	216	
Servidores	em at	ividade		Contagem dos servidores dos	12	





itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	380
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	1.032
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12

Perfil da Vara do Trabalho			Coronel Fabriciano - 02a Var:	
Indicadores / Período de referência		Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1° trim 2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2° trim 2020 01/07/2019 a 30/06/2020
Indicadores	 101 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos) 	0,38	0,90	0,49
	102 - Pendentes	1.561	1.522	1.590
	103 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00
	104 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	228,06	195,80	174,16
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	264,79	282,75	290,00
	106 - Prazo médio na execução (em dias)	1.225,06	1.277,57	1.321,88
	107 - Taxa de conciliação (%)	29,80	30,01	29,71
	108 - Taxa de solução (%)	129,20	122,10	102,89
	II3 - Taxa de execução (%)	198,81	193,41	187,21
	109 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	23,31	22,21	29,45
	II0 - Taxa de congestionamento na execução (%)	63,33	64,11	65,64
	III - Produtividade por servidor	147,75	141,33	126,45
	112 - Pendentes por servidor	112,75	110,50	125,82
Meso	Acervo	0,26	0,30	0,27





Movimentação processual		1501 a 2000	1501 a 2000	1001 a 1500
Posição IGEST		92	87	107
Macro	IGEST	0,4434	0,4514	0,4737
	Força de trabalho	0,51	0,52	0,57
	Congestionamento processual	0,54	0,51	0,55
	Produtividade	0,50	0,53	0,60
	Celeridade	0,41	0,39	0,38

6. ARRECADAÇÃO -

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	
R\$3.530.704,43	R\$238.516,79	

- 7. PORTARIAS De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias nº 1/2005, que regulamenta a prática de atos ordinatórios; nº 1/2011, sobre o BNDT e a nº 1/2015, que dispõe sobre o atendimento processual por telefone.
- 8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.
- 9. DA SECRETARIA Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 81 autos de processos, sendo que em 16 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. RECOMENDAÇÕES:

10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:





Recomenda-se à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o caput do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;
- exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 3) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- majorado o número de audiências virtuais;
- saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 6) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação Fase de Conhecimento (ICONc) Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017; Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019.
- 7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;





- 8) observada a obrigatoriedade de que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, nos termos do artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020;
- 9) observado, nos termos do art. 23 da Resolução Conjunta P/GCR N. 136, DE 27 DE JANEIRO DE 2020, que a Vara do Trabalho deverá adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos na referida Resolução (capítulo II, artigos 5º ao 7º), certificando a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado definitivamente. Para tanto, até a efetiva liberação do sistema garimpo, as varas do trabalho poderão consultar a existência de saldo pelos sistemas dos bancos já disponíveis, quais sejam: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica

https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx? cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e https://conectividade.caixa.gov.br (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

- 10) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020, quanto ao atendimento por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3a Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;
- 11) realizado, pelo (a) MM. Magistrado (a) e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC.





A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 127,96% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 89,63%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,31%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 107,33%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era "manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 68,44% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 37,96% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,61%.





Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era "baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 111,60%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o percentual alcançado foi de 77,61%% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,92%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era "identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 88,44% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 228,06 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 137,38%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-7-2020, o tempo médio alcançado foi de 160,66 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 179,95 dias.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.





13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA — Conforme o artigo 12, parágrafo 3°, da Resolução Conjunta n° 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9° da Resolução n° 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto n° 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

13.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social".

A Corregedoria Regional recomenda seja observado o disposto no Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT Nº 01, de 14 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, especificamente quanto ao artigo 2º, onde "satisfeitos os créditos dos processos, a disponibilização de qualquer saldo existente em conta judicial ao devedor de créditos trabalhistas deve ser precedida de ampla pesquisa no Setor de Distribuição de Feitos, nos sistemas de gestão de processos judiciais anteriores ao PJe de cada Tribunal Regional do Trabalho e no sistema do Banco Nacional de Débitos Trabalhistas (BNDT), a fim de identificar processos que tramitem em face do mesmo devedor". Recomenda, também, que seja observada a Resolução Conjunta deste Regional, GP/GCR N.136, de 27 de janeiro de 2020, referente ao Projeto Garimpo.

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz. Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em "ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão", segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser





exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia vinte e oito de agosto de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 101/2020, divulgado no DEJT em 14-8-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Ana Maria Amorim Rebouças Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

> MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138 Dados: 2020.08.28 16:30:24

Lehrens

Mozart Secundino de Oliveira Júnior Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria